

Petroleiros e operários da construção civil: Solidariedade sindical e classismo

A Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira (Conticom) destacou a importância da intervenção da FUP na recente solução de dois grandes impasses da categoria com empreiteiras que prestam serviço para a Petrobrás. "A intervenção dos companheiros da FUP deu uma nova dimensão para a luta, reforçando na companheirada o sentimento da unidade, do um por todos e todos por um", ressaltou o presidente da Conticom, Waldemar Pires de Oliveira. A FUP apoiou a luta dos trabalhadores da construção civil e fez pressão junto à Petrobrás para garantir a consolidação de um acordo entre a categoria e as empreiteiras Sigma e Ecovap, que negavam-se a cumprir os direitos dos operários. "Como a Petrobrás tem responsabilidade com as empresas que contrata, a pressão da FUP em apoio ao movimento e a mobilização dos trabalhadores foram peças fundamentais para a nossa vitória", afirma Aécio Darli Jesus Leite, presidente da Federação dos Trabalhadores da Construção e da Madeira do Espírito Santo.

Greves pela garantia de direitos

Depois de 35 dias de greve, os 30 operários da Sigma, que prestam serviço para a Petrobrás, em Jacaraípe, no Espírito Santo, conseguiram dobrar a intransigência da empreiteira e garantir o cumprimento da Convenção Coletiva da categoria, como horas extras de 100% e 150%, cesta básica de R\$ 62,00, alimentação nos canteiros com o pagamento de R\$ 1,00 (um real) mensal e contrato de experiência de 30 dias.

Em São José dos Campos, a greve dos trabalhadores da Ecovap, que trabalham nas obras de modernização da Revap, durou seis dias e terminou com um acordo que garante uma PLR de R\$ 1.200,00 aos 3.500 operários da empreiteira.

Em carta à direção da FUP, o presidente do Sindicato da Construção Civil do Espírito Santo, Paulo César Borba Peres, o Carioca, destacou o posicionamento firme da FUP na mesa de negociação com a Petrobrás, durante a apresentação da pauta de reivindicações dos petroleiros, quando a FUP denunciou a situação dos trabalhadores da Sigma e cobrou a interferência da Petrobrás em defesa dos direitos dos operários. Leia a íntegra da carta:

Fonte: www.conticom-cut.org.br e www.sindicalismoecultura.blogspot.com



"Companheiros petroleiros, muito obrigado pela intervenção de vocês junto à Petrobrás para nos ajudar a resolver esse problema que durou 36 dias de paralisação dos companheiros desta obra aqui no ES. A atitude de vocês mostrou que a solidariedade da classe trabalhadora é fundamental neste mundo capitalista e cruel que vivemos; também nos fez refletir duas coisas muito importantes: uma é o marco da agressão sofrida pelo movimento sindical na época de FHC quando os companheiros petroleiros sofreram com um acordão rasgado e para tentar recuperar fizeram uma greve que resultou em cassação e multa. Infelizmente, o movimento sindical, principalmente nós da CUT, não compramos a briga como se a gente não tivesse nada com isso, foi uma pena. A segunda questão é que neste momento no qual alguns sindicatos querem se desfilhar da CUT para ir atrás do dinheiro das centrais, vocês estão mostrando, não só para nós trabalhadores da construção no ES, mas para toda a classe trabalhadora, que a CUT pode e deve ser isso que vocês fizeram para nós: afinal colocar como ponto de pauta em uma negociação nacional resolver os problemas de um punhadinho de peões da construção como prioridade ainda não tinha visto. Parabéns e muito obrigado. A nossa luta continua mais firme e mais forte. Carioca" ●

Mídia



Campanha nacional cobra controle público das concessões de TV

Organizações e movimentos sociais de todo Brasil lançam no dia 5 de outubro uma campanha por democracia e transparência nas concessões de rádio e televisão do país. A data, simbolicamente escolhida por ser o dia em que vencem as concessões das maiores redes brasileiras de TV (Rede Globo, TV Bandeirantes, SBT e TV Record), está provisoriamente sendo chamada de Dia Nacional de mobilizações por controle público sobre as concessões de rádio e TV.

A mobilização está na pauta da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), que reúne organizações de peso como CUT, UNE e MST, e das entidades que lutam pela democratização da comunicação – entre elas a Campanha pela Ética na TV e o Intervozes – além de organizações de mulheres, do movimento negro e quilombola. O dia 5 será marcado por atos nas principais cidades do país, reivindicando o cumprimento dos princípios constitucionais para a exploração das concessões de rádio e TV, e a instituição de mecanismos de participação social no momento de outorga e renovação dessas concessões.

"Precisamos pensar uma política ampla de comunicação para o país. E o debate sobre as renovações é propício para isso. Todos sabem que muitos concessionários não respeitam a Lei e que se tornam praticamente proprietários das canais. Além disso, os processos de renovação não tem qualquer critério para se faça uma avaliação sobre o cumprimento das responsabilidades pelos donos das empresas", afirma Rosane Bertotti, secretária de Comunicação da CUT.

A campanha tem como objetivo sensibilizar a sociedade em relação ao tema, apontando os absurdos que fazem parte do atual processo de outorga e renovação das concessões, como a falta de transparência, o uso ilegal das emissoras por parlamentares e a inexistência de critérios no momento de renovação das mesmas, o que acaba inviabilizando a avaliação do serviço público prestado.

As entidades sociais querem fazer valer os princípios constitucionais até hoje não regulamentados, para que exista alguma forma de controle público e social sobre o sistema de concessões, um bem público que pertence ao conjunto da sociedade. "No mínimo, é preciso haver um questionamento deste processo. Não é possível que o governo Lula renove concessões que foram dadas na ditadura sem ao menos criar critérios para isso. E o momento de criarmos uma movimentação nacional e exigirmos debate sobre essas questões", afirma o petroleiro Antonio Carlos Spis, dirigente da CUT e da CMS.

A agenda de mobilizações do dia 5 de outubro se estenderá ao longo do mês. De 15 a 21 de outubro, será realizada a Semana pela Democratização da Comunicação, com audiências públicas em várias cidades do país e julgamentos populares das programações das emissoras de rádio e TV.

De acordo com o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, uma das entidades que atuam diretamente no campo da comunicação, o foco da iniciativa não estará em uma determinada emissora, mas sim no conjunto de regras e normas do sistema de concessões. "As concessões são o instrumento que materializa o poder das emissoras comerciais, protegendo o monopólio e a falta de compromisso delas com o interesse público. No processo de renovação, prevalece a ausência de participação popular e a inexistência de critério. Todo rigor que eles têm com as comunitárias inexistem para as comerciais", afirma João Brant, um dos coordenadores da entidade. ●

Fonte: www.direitoacomunicacao.org.br

Economia

CUT: Resultados da Pnad reforçam necessidade de mobilização por aumento real

Para os dirigentes da Central Única dos Trabalhadores, os resultados positivos da Pnad 2006 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgados no último dia 14 pelo IBGE, reforçam as reivindicações de aumento real das categorias que estão em Campanhas Salariais. A Pesquisa aponta crescimento de 7,2% na renda do trabalhador, o maior crescimento desde 1995, e queda da taxa de desemprego, que atingiu 8,5% em 2006 – o menor índice dos últimos dez anos, segundo o IBGE.

Para a CUT, os indicadores positivos da economia, com perspectivas de crescimento do PIB acima de 5% para este ano e as taxas elevadas do ritmo da produção, consumo e geração de emprego, tornam justíssima a reivindicação dos trabalhadores. Além disso, o reajuste de 13,3% do salário mínimo, adotado como política de valorização permanente do piso nacional e resultado da articulação negociada entre centrais sindicais e governo federal, contribuiu para o crescimento da renda média dos trabalhadores brasileiros no ano passado. A partir desta constatação, os dirigentes sindicais devem forçar cada vez mais a elevação dos pisos das categorias tendo como referência os reajustes do salário mínimo. IBGE mostra que informalidade está diminuindo

O IBGE considera que o avanço da formalização no mercado de trabalho é destaque entre os dados da Pnad 2006, que mostrou que a participação de contribuintes para a Previdência entre a população ocupada, 49,2%, foi a maior desde o início dos anos 90.

"Você tem mais pessoas trabalhando com carteira de trabalho, consequentemente você tem mais pessoas contribuindo com a Previdência, mais pessoas sindicalizadas, esse é o grande destaque da Pnad 2006 no que tange ao mercado de trabalho. O aumento da formalidade acaba se refletindo também no aumento dos rendimentos. Se você tem um mercado mais formal, a população ocupada passa a ter um poder de compra maior", afirma Cimar Azeredo, coordenador da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. ●

Analfabetismo caiu



A Pnad apontou também que o número de analfabetos com mais de 10 anos de idade no país caiu 4,2% em 2006, totalizando 14,9 milhões de pessoas - 547 mil a menos do que em 2005. A redução fez com que a taxa de analfabetismo para essa faixa etária passasse de 10,2% para 9,6% de um ano para o outro.

Apesar do recuo, o país mantém disparidades regionais. Mais da metade dos analfabetos com idade superior a 10 anos (7,9 mil) estavam no Nordeste, onde a taxa ficou em 18,9%, mais que o dobro da média nacional e além do triplo do que foi apurado na Região Sul (5,2%). Entre as pessoas com mais de 25 anos, a taxa de analfabetismo no país foi de 13% em 2006, contra os 13,9% registrados no ano anterior.

Analfabetismo funcional - De 2005 para 2006, a taxa de analfabetismo funcional passou de 24,9% para 23,6% da população acima dos 10 anos de idade, o que representou um milão a menos do que em 2005.

Permanência na escola - O levantamento apontou ainda aumento no tempo médio de estudo da população brasileira, que passou de 6,6 para 6,8 anos de permanência na escola de 2005 para 2006. Também cresceu a proporção de pessoas que frequentavam a escola em todas as faixas de idade até 25 anos. ●

Fonte: www.diap.org.br e www.cut.org.br

Sistema Petrobrás



Os sindicatos filiados à FUP iniciaram sexta-feira, 14, as assembleias para que os trabalhadores da Transpetro se posicionem sobre a implementação na subsidiária do PCAC conquistado pela categoria. O indicativo da Federação é de aprovação do acordo negociado com a Transpetro, pois consolida os avanços do novo plano de cargos que foi conquistado na Petrobrás.

No Unificado de São Paulo, os petroleiros dos terminais de São Caetano do Sul, Senador Canedo, Ribeirão Preto, Uberlândia, Uberaba e Brasília já aprovaram o PCAC. Os trabalhadores da Transpetro no Espírito Santo também concluíram as assembleias e aprovaram com 90% dos votos o acordo conquistado. Nos demais sindicatos da FUP, as assembleias seguem até o dia 25.

PCAC na Petrobrás

Através da comissão de acompanhamento da implementação do PCAC na Petrobrás, a FUP tem constantemente cobrado que a

empresa efetue até o final de outubro o pagamento da reparação dos níveis de todos os trabalhadores que foram prejudicados no governo FHC. Durante a rodada de apresentação da pauta de reivindicações à Petrobrás, a Federação cobrou maior agilidade da empresa na apresentação da listagem dos trabalhadores que receberam a reparação de níveis. O RH garantiu que as unidades da companhia receberão ainda esta semana as orientações e procedimentos referentes ao processo de reparação dos níveis.

A FUP esclarece que após a efetuação da reparação dos níveis e o devido reequilíbrio desses petroleiros, a comissão dará sequência à implementação das demais conquistas do PCAC, como a garantia de que nenhum trabalhador com mais de 10 anos no cargo fique enquadrado como júnior. Todas essas conquistas são retroativas a janeiro de 2007.

Negociação do ACT 2007-2009 prossegue nos dias 24 e 25

A FUP concluiu na sexta-feira, 14, a rodada inicial de negociação com a Petrobrás e as subsidiárias do Acordo Coletivo de Trabalho para o período 2007-2009. Durante três dias seguidos, a Federação detalhou e explicou as principais reivindicações da categoria, que foram aprovadas durante o XIII Coniup, realizado em junho, em Recife, e referendadas recentemente nas assembleias. A FUP também apresentou à Petrobrás e subsidiárias os aditivos da pauta referentes à Petros, onde os trabalhadores cobram o atendimento de reivindicações ainda pendentes em relação ao Plano Petros e ao Plano Petros 2.

As negociações com a Petrobrás e subsidiárias prosseguem na segunda, 24, e na terça-feira, 25, quando a FUP espera que a empresa apresente sua contraproposta aos trabalhadores.

Algumas das reivindicações da categoria: acordo único para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás, reposição da inflação pelo ICV/Dieese (4,41%) e aumento real de salário (5%), piso salarial de acordo com o salário mínimo calculado e reajustado mensalmente pelo Dieese (o valor de agosto foi

calculado em R\$ 1.733,88), implementação da aposentadoria especial, Organização por Local de Trabalho (OLT), reconhecimento da periculosidade nas unidades operacionais, nova política de SMS para todo o Sistema Petrobrás, recomposição dos efetivos próprios com foco na primeirização e nas políticas de crescimento previstas no planejamento estratégico da companhia, redução da jornada de trabalho sem redução de salário, tabela única para os auxílios educacionais com reembolso de 85%, auxílio educacional para cursos de nível superior, melhorias na AMS e no programa de custeio de medicamentos, condições iguais de trabalho para os terceirizados, solução das pendências ainda existentes em relação à Petros, pagamento das dobradinhas, adicional de faixa de dutos, auxílio moradia para os trabalhadores da região amazônica, entre outras reivindicações. A íntegra da pauta dos trabalhadores está disponível na página da FUP (www.fup.org.br). ●

Mundo do trabalho

FUP na luta pela integração dos trabalhadores de energia na América Latina e Caribe

Em julho e agosto deste ano, a FUP participou de dois importantes fóruns sindicais que discutiram políticas integradas para os trabalhadores das indústrias de energia da América Latina e Caribe. Entre os dias 24 e 26 de julho, os debates foram em La Paz, na Bolívia, durante o III Fórum Latino-Americano e Caribenhos de Trabalhadores de Energia. Em agosto, representantes de várias centrais sindicais se reuniram em Montevideo, no Uruguai, para discutir a organização, as perspectivas e os desafios do movimento sindical frente ao setor energético na América do Sul.



energética na América Latina e Caribe, assim como o desenvolvimento de uma política integrada que reconheça os recursos energéticos como direito social e patrimônio dos povos da região.

Outra questão enfatizada nos debates é a garantia do reconhecimento e respeito por parte das empresas do setor energético dos direitos universais dos trabalhadores, inclusive o de representação sindical. Muitas das empresas de energia que atuam na América Latina e Caribe, várias delas transnacionais, desrespeitam os direitos mais elementares,

como condições dignas de trabalho, saúde e segurança, e recusam-se a negociar com os sindicatos acordos coletivos. "A Energia é um direito básico, que todos têm direito e não uma mercadoria como querem as transnacionais. O povo da América Latina não terá garantido este direito se os trabalhadores de energia não estiverem integrados e respeitados", explica o diretor de Relações Internacionais da FUP, João Antônio Moraes.

A FUP tem atuado na luta pela consolidação e avanço da integração dos trabalhadores do setor de energia na América Latina e Caribe em diversos fóruns e debates sindicais ocorridos no continente. Uma das resoluções deste III Fórum realizado na Bolívia é a criação da Frente Social Energética, onde a FUP coordenará no Brasil as propostas de ações e projetos, envolvendo entidades sindicais, movimentos sociais e organizações populares, com o objetivo de garantir a soberania



Saúde

Doença ocupacional: Estresse motiva ações judiciais

No ano passado, uma funcionária pública inglesa recebeu uma indenização equivalente a R\$ 500 mil por ter sido promovida no trabalho contra a sua vontade. Apesar de bem-remunerada, a administradora alegou à Justiça inglesa que o novo cargo passou a causar-lhe um estresse diário. Isto em razão da jornada semanal de 80 horas de trabalho que a obrigou a tomar medicamentos para suportar a rotina. Casos como esse já são comuns na Justiça britânica e americana. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o estresse custa US\$ 200 bilhões ao ano aos Estados Unidos em razão de faltas no trabalho, redução na produção, despesas médicas e processos de indenização de trabalhadores. No Brasil, a discussão sobre o tema no Judiciário é recente e são poucos os casos que já chegaram aos tribunais.

Para a advogada e autora do livro "O stress no meio ambiente de trabalho", Maria José Giannella Cataldi, o número de processos relativos ao tema no país é baixo porque não se trata de uma doença de fácil diagnóstico, assim como suas causas. Foi o que ocorreu em 2002 em um processo julgado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo. A corte paulista não aceitou o pedido de indenização de um trabalhador que alegava estar com depressão em razão do estresse causado pela exaustiva jornada de trabalho. A 8ª Turma do TRT entendeu que na dúvida, "melhor absolver um provável culpado do que condenar um possível inocente".

No Brasil, não há ainda jurisprudência consolidada em relação ao assunto. Alguns especialistas, porém, defendem que a doença já estaria prevista no decreto nº 3.048, de 1999, que discrimina os transtornos mentais e de comportamento relacionados ao trabalho. Eles alegam que o estresse poderia ser inserido nas classificações nº VIII, estresse grave e transtornos de adaptação, nº IX, síndrome da fadiga, e nº XII, síndrome do esgotamento profissional, previstas no decreto. Em caso de afastamento por uma dessas doenças, há a garantia normal da manutenção do emprego por um ano, de acordo com o artigo 118 da lei nº 8213, de 1991. Além de doença ocupacional, outra possibilidade que não sido cogitada é caracterizar o estresse como dano moral. Para isso, é preciso comprovar que a doença é consequência de um sofrimento causado por ato ilícito, como o trabalho penoso. Segundo advogados trabalhistas, o estresse pode também ser considerado como uma consequência do assédio moral. O assédio moral está previsto em diversas leis



estaduais, como a Lei Complementar nº 12.561, de 2006, que proíbe sua prática no âmbito da administração pública estadual do Rio Grande do Sul.

De acordo com especialistas, para que o estresse seja comprovado como decorrência do assédio moral é preciso que fique caracterizada uma exposição do trabalhador a situações humilhantes, constrangedoras e humilhantes, que o levem a desistir do emprego. Para José Roberto Heloani, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do assunto, sendo o estresse um sintoma possível na vítima de assédio, mas que pode ter inúmeras outras causas não dolosas, é preciso tomar cuidado para não se presumir a causa pelos seus efeitos. "Uma pessoa assediada pode apresentar estresse, mas nem todo estresse é decorrência de assédio moral", diz. Enquanto não há uma jurisprudência em relação ao tema, especialistas ressaltam a importância de investir na prevenção. Para Maria Cataldi, a melhor solução seria a criação de um amplo programa educacional, que envolva escolas, empresas e sindicatos para que sejam transmitidas boas normas de convivência nas relações de trabalho. "Ultimamente as empresas têm tomado boas iniciativas como a ginástica laboral e atividades de relaxamento", afirma. ●

Fonte: Jornal Valor Econômico